



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**SECRETARIA-GERAL**  
**SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA**  
**GERENCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**  
**COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES**  
**NÚCLEO DE PESQUISA DE PREÇOS**

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 11/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60041.000205/2023-35**

Torna-se público que o Ministério da Defesa- Departamento de Administração Interna, por meio da Coordenação de Licitação – Núcleo de Pesquisa de Preços (NUPP), realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, com base no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

**Data da sessão:** 02/03/2023

**Link:** Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

**Horário da Fase de Lances:** 8:00 às 16:00

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1 O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de **aquisição de brindes institucionais**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2 A contratação será dividida em itens, conforme tabela constante abaixo.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CATSER/ CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	PRAZO DE EXECUÇÃO
01	Pen drive (Card), personalizado, capacidade 4 GB.	387366	UN	200	R\$ 31,35	R\$ 6.270,00	20 dias
02	Lâmina de Pedra Ágata, medindo aproximadamente 27 cm de diâmetro x 1,0 cm de espessura, com estojo compatível para lâmina de pedra ágata, medindo 30 cm x 30 cm x 4,5 cm (altura x largura x espessura), confeccionado em madeira, revestido externamente e internamente em veludo na cor preta, com bolso para acomodar suporte e altura compatível com a pedra.	225089	UN	45	R\$ 304,00	R\$ 13.680,00	20 dias
03	Livro Guerra e Paz - Miolo formato fechado 21 x 28 cm, formato aberto 42 x 28 cm, 300 páginas, papel couche mate 150g, 4/4 cores / Capa flexível sem orelha: formato fechado 21 x 28 cm, formato aberto 42 x 48 cm, forrada de couche brilho 180 g, 4/4 cores, acabamento laminação fosca verniz high gloss / Guarda: color plus 1/1, cadernos costurados, edição em português.	150002	UN	100	R\$ 117,38	R\$ 11.738,00	20 dias
04	Livro Guerra e Paz, de Portinari - uma obra-prima brasileira para a ONU - Formato fechado 245 mm x 290 mm; número de páginas 148; papel couche mate cor: 4/4; número de ilustrações 220. Acabamento Capa dura, lombada reta, colada e costurada, edição em português.	150002	UN	100	R\$ 109,97	R\$ 10.997,00	20 dias
05	Esfera em madeira com suporte, trabalhada em Marchetaria, no formato de uma esfera perfeita, medindo 14 cm de diâmetro.	480975	UN	30	R\$ 145,27	R\$ 4.358,10	20 dias

06	Sacola institucional com a identidade visual do Ministério da Defesa, em papel offset; gramatura: 180 g/m; cor: branco (externo e interno); impressão: 4/0; cordão: ilhós branco; medidas da sacola: 325 mm largura x 345 mm comprimento x 120 mm lateral.	440919	UN	300	R\$ 17,70	R\$ 5.310,00	20 dias
07	Palha da Costa, material 100% natural, medindo em torno de 60 cm de comprimento.	56715	KG	01	R\$ 147,55	R\$ 147,55	20 dias
08	Saco de juta acabamento overloque com cordão de sisal para fechamento, medindo 26 cm x 35 cm.	303534	UN	100	R\$ 6,97	R\$ 697,00	20 dias
09	Fita de cetim com 50 m de comprimento e 22 mm de largura - cores diversas.	440631	UN	06	R\$ 16,81	R\$ 100,86	20 dias
<b>Valor Total Estimado:</b>							<b>R\$ 53.298,51</b>

## 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

2.2. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.4. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.4.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.4.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.4.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.4.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.4.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.4.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.4.5. Sociedades cooperativas.

## 3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.8.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.8.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.8.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.8.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.8.5. Que cumpra as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.8.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

#### 4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item/lote.

4.3 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 1% (um por cento).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

#### 5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.3.1 Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.4.1 O prazo para envio de proposta e documentações de habilitações até 02 (DUAS) HORAS. O não cumprimento da solicitação acarretará na desclassificação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. Contiver vícios insanáveis;

5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

#### 6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## 7. CONTRATAÇÃO

7.1. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.1.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.1.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.2 O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021.

7.3 O custo estimado total da contratação é de R\$ 53.298,51 (cinquenta e três mil duzentos e noventa e oito reais e cinquenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

## 8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do (s) item (s) prejudicado (s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
  - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
  - 8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
- 9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;
  - 9.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
    - 9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
  - 9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
- 9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação
  - 9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;
  - 9.13.3. ANEXO III – Modelo de Proposta

Brasília - DF, na data da assinatura.

Aprovo, conforme prescreve o inciso VIII, art. 72, da Lei nº 14.133/2021.

**WALDIR F. DAS N. SILVEIRA JR**  
Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **WALDIR FRANCISCO DAS NEVES SILVEIRA JUNIOR, Ordenador de Despesas**, em 24/02/2023, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **6089133** e o código CRC **8758ECEB**.



ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

ANEXO II - Termo de Referência;



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL - SG  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E SERVIÇOS GERAIS  
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DE AQUISIÇÕES

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo Administrativo nº 60041.000205/2023-35

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021).**

1.1. Aquisição de materiais adequados ao cumprimento das atribuições institucionais nas trocas protocolares entre altas autoridades brasileiras e estrangeiras, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CatMat	Und. Medida	Qtd.	Valor Estimado	
					Unitário	Total
1	<b>Pen drive (Card)</b> , personalizado, capacidade 4 GB. Obs.: <b>Dimensões de 8,5cm x 5cm, personalizado frente e verso, conforme modelo em Anexo.</b>	387366	Und	200	R\$ 31,55	R\$ 6.270,00
2	<b>Lâmina de Pedra Ágata</b> , medindo aproximadamente 27 cm de diâmetro x 1,0 cm de espessura, com estojo compatível para lâmina de pedra ágata, <b>medindo 30 cm x 30 cm x 4,5 cm (altura x largura x espessura)</b> , confeccionado em madeira, revestido externamente e internamente em veludo na cor preta, com bolso para acomodar suporte e altura compatível com a pedra.	225089	Und	45	R\$ 304,00	R\$ 13.680,00
3	<b>Livro Guerra e Paz - Miolo formato fechado 21 x 28 cm, formato aberto 42 x 28 cm, 300 páginas</b> , papel couche mate 150g, 4/4 cores / Capa flexível sem orelha: <b>formato fechado 21 x 28 cm , formato aberto 42 x 48 cm</b> , forrada de couche brilho 180 g, 4/4 cores, acabamento laminação fosca verniz high gloss / Guarda: color plus 1/1, cadernos costurados, edição em português.	150002	Und	100	R\$ 117,38	R\$ 11.738,00
4	<b>Livro Guerra e Paz, de Portinari</b> - uma obra-prima brasileira para a ONU - <b>Formato fechado 245 mm x 290 mm; número de páginas 148</b> ; papel couche matte cor: 4/4; número de ilustrações 220. Acabamento Capa dura, lombada reta, colada e costurada, edição em português.	150002	Und	100	R\$ 109,97	R\$ 10.997,00
5	<b>Esfera em madeira com suporte</b> , trabalhada em Marchetaria, no formato de uma esfera perfeita, medindo 14 cm de diâmetro.	480975	Und	30	R\$ 145,27	R\$ 4.358,10
6	<b>Sacola institucional</b> com a identidade visual do Ministério da Defesa, em papel offset; gramatura: 180 g/m; cor: branco (externo e interno); impressão: 4/0; cordão: ilhós branco; <b>medidas da sacola: 325 mm largura x 345 mm comprimento x 120 mm lateral.</b> Obs.: <b>Brasão da República, inscrição Ministério da Defesa e endereço eletrônico, conforme layout anexo.</b>	440919	Und	300	R\$ 17,70	R\$ 5.310,00
7	<b>Palha da Costa</b> , material 100% natural, <b>medindo em torno de 60 cm</b> de comprimento.	56715	Kg	01	R\$ 147,55	R\$ 147,55
8	<b>Saco de juta</b> acabamento overloque com cordão de sisal para fechamento, <b>medindo 26 cm x 35 cm.</b>	303534	Und	100	R\$ 6,97	R\$ 697,00
9	<b>Fita de cetim</b> com <b>50 m de comprimento e 22 mm de largura</b> - cores diversas.	440631	Und	06	R\$ 16,81	R\$ 100,86
<b>Valor Total Estimado:</b>					R\$ 53.298,51	



1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados a partir da emissão do Empenho, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.6. O custo estimado total da contratação é de R\$ 53.298,51 (cinquenta e três mil, duzentos e noventa e oito reais e cinquenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima, após o Mapa Comparativo de Preços (6086336).

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1. Este Termo de Referência utiliza os dados constantes no Documento de Formalização de Demanda – DFD 20 (6079962), sendo dispensada a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares, conforme previsto no art. 14 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 e, se for o caso, Análise de Riscos, conforme inciso I, art. 72 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.2. A aquisição dos itens (200 Pen-Drives, 45 Lâminas de Pedra Ágata, 100 Livros Guerra e Paz, e as 300 sacolas) constantes da DFD 20 (6079962), são para atender as visitas, audiências e reuniões do Ministro de Estado da Defesa com os homônimos de diversos países, nas trocas protocolares e institucionais, por ocasião da **LAAD DEFENCE & SECURITY 2023** - Feira Internacional de Defesa e Segurança, que acontecerá entre os dias 11 e 14 de abril de 2023, e que tem o apoio institucional do Ministério da Defesa.

2.3. O Ministério da Defesa tem a Missão de "Preparar as Forças Armadas, mantendo-as em permanente estado de prontidão para serem empregadas na defesa da Pátria, na garantia dos poderes constitucionais, na garantia da lei e da ordem; no cumprimento das atribuições subsidiárias; e em apoio à política externa; a fim de contribuir com o esforço nacional de defesa", para tal, o Senhor Ministro do Estado da Defesa necessita participar, juntamente com seus assessores, de diversas atividades exclusivamente institucionais e protocolares, nacionais e internacionais, inerentes a importância da atribuição que lhe é atribuída pela Nação.

2.3.1. Desse modo, se torna imprescindível que nessas ocasiões ocorra a materialização das boas relações, através do oferecimento de pequenas lembranças, o que justifica a demanda apresentada.

2.4. A autorização da aquisição, de acordo com o estabelecido pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República, está contida na Portaria nº 4036/GM-MD, de 02 de dezembro de 2020 (5174260) e autorizada pela autoridade competente, por meio da Portaria Ch. Gab. MD/GM-MD nº 1137, de 17 de fevereiro de 2023 (6079961).

2.5. A aquisição possui padrões objetivamente definidos por este documento e trata-se de buscas e alternativas que se mostrem mais vantajosas para a Administração Pública, seguindo estritamente os Princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, não obstante, na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a nova lei de licitações e contratos previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações, prevista no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

3.1. A Assessoria de Cerimonial do Gabinete do Ministro da Defesa necessita dispor de materiais adequados ao cumprimento das atribuições institucionais nas trocas protocolares entre altas autoridades brasileiras e estrangeiras, de acordo com o estabelecido pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

3.2. A descrição da solução como um todo abrange o cumprimento das necessidades da Assessoria de Cerimonial do Ministério da Defesa, tendo em vista os compromissos institucionais com a participação do Senhor Ministro de Estado da Defesa, faz-se necessário planejar a aquisição de materiais adequados ao cumprimento das atribuições institucionais nas trocas protocolares entre altas autoridades brasileiras e estrangeiras, de acordo com o estabelecido pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República, a fim de fazer frente a essa demanda, conforme o previsto na Portaria nº 4.036/GM-MD, de 2 de dezembro de 2020 (5174260) e autorizada pela autoridade competente, por meio da Portaria Ch. Gab. MD/GM-MD nº 1137, de 17 de fevereiro de 2023 (6079961).

3.3. A partir desta Contratação Direta que se pretende realizar, espera-se adquirir materiais adequados ao cumprimento das atribuições institucionais, tendo como referência o modelo disponibilizado pela AGU Termo de Referência - compras - Lei nº 14.133/21 – Contratação Direta, sendo balizado na legislação em vigor e com critérios objetivos de seleção do fornecedor a ser contratado.

3.4. Não se vislumbra, neste momento, vantajosidade e/ou necessidade da contratação de manutenção e de assistência técnica relacionadas aos itens, pois se tratam de materiais adequados ao cumprimento das atribuições institucionais a serem distribuídos de formas protocolares entre altas autoridades brasileiras e estrangeiras, conforme o estabelecido pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. O Setor demandante enviará a "arte" para a empresa vencedora, via e-mail, para posterior **aprovação**. Após a aprovação da "arte" pelo setor demandante, a empresa poderá realizar o serviço acordado, ou ainda, basear-se com as Descrições e Logo do MD, apêndice (6086634) deste Termo de Referência.

4.1.1.1. A empresa CONTRATADA deverá entrar em contato com o setor demandante, para fins de quaisquer esclarecimentos que venha ocorrer sobre qualquer objeto, características ou dimensões, com o SC Laert Muniz Barbosa através do e-mail: [laert.barbosa@defesa.gov.br](mailto:laert.barbosa@defesa.gov.br) ou telefone (61) 3312-4227.

4.1.2. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PADRÕES DE ACEITABILIDADE
1	<b>Pen drive (Card)</b> , personalizado, capacidade 4 GB. Obs.: <b><u>Dimensões de 8,5cm x 5cm, personalizado frente e verso, conforme modelo em Anexo.</u></b>	1 - Material atende a especificação: ( ) sim ( ) Não

		<p>2 - Tamanho atende a especificação: ( ) sim ( ) Não</p> <p>3 - Gravação do símbolo do Ministério da Defesa atende as especificações: ( ) sim ( ) Não</p> <p>Resultado: ( ) Aprovado ( ) Reprovado - Motivo:</p>
2	<p><b>Lâmina de Pedra Ágata</b>, medindo aproximadamente 27 cm de diâmetro x 1,0 cm de espessura, com estojo compatível para lâmina de pedra ágata, medindo 30 cm x 30 cm x 4,5 cm (altura x largura x espessura), confeccionado em madeira, revestido externamente e internamente em veludo na cor preta, com bolso para acomodar suporte e altura compatível com a pedra.</p>	<p>1 - Material atende a especificação: ( ) sim ( ) Não</p> <p>2 - Tamanho atende a especificação: ( ) sim ( ) Não</p> <p>3 - Embalagem para acondicionamento do objeto atende as especificações: ( ) sim ( ) Não</p> <p>Resultado: ( ) Aprovado ( ) Reprovado - Motivo:</p>
3	<p><b>Livro Guerra e Paz - Miolo</b> formato fechado 21 x 28 cm, formato aberto 42 x 28 cm, 300 páginas, papel couche mate 150g, 4/4 cores / Capa flexível sem orelha: formato fechado 21 x 28 cm, formato aberto 42 x 48 cm, forrada de couche brilho 180 g, 4/4 cores, acabamento laminação fosca verniz high gloss / Guarda: color plus 1/1, cadernos costurados, edição em português.</p>	<p>1 - Material atende a especificação: ( ) sim ( ) Não</p> <p>2 - Tamanho atende a especificação: ( ) sim ( ) Não</p> <p>3 - Livro atende as especificações: ( ) sim ( ) Não</p> <p>Resultado: ( ) Aprovado ( ) Reprovado - Motivo:</p>
4	<p><b>Livro Guerra e Paz, de Portinari</b> - uma obra-prima brasileira para a ONU - Formato fechado 245 mm x 290 mm; número de páginas 148; papel couche matte cor: 4/4; número de ilustrações 220. Acabamento Capa dura, lombada reta, colada e costurada, edição em português.</p>	<p>1 - Material atende a especificação: ( ) sim ( ) Não</p> <p>2 - Tamanho atende a especificação: ( ) sim ( ) Não</p> <p>3 - Livro atende as especificações: ( ) sim ( ) Não</p> <p>Resultado: ( ) Aprovado ( ) Reprovado - Motivo:</p>
5	<p><b>Esfera em madeira com suporte</b>, trabalhada em Marchetaria, no formato de uma esfera perfeita, medindo 14 cm de diâmetro.</p>	<p>1 - Material atende a especificação: ( ) sim ( ) Não</p> <p>2 - Tamanho atende a especificação: ( ) sim ( ) Não</p> <p>3 - Suporte atende as especificações: ( ) sim ( ) Não</p> <p>4 - Arte finalística e acabamento foram feitos corretamente, sem defeitos: ( ) sim ( ) Não</p> <p>Resultado: ( ) Aprovado ( ) Reprovado - Motivo:</p>
6	<p><b>Sacola institucional</b> com a identidade visual do Ministério da Defesa, em papel offset; gramatura: 180 g/m; cor: branco (externo e interno); impressão: 4/0; cordão: ilhós branco; <b>medidas da sacola: 325 mm largura x 345 mm comprimento x 120 mm lateral.</b></p> <p>Obs.: <b>Brasão da República, inscrição Ministério da Defesa e endereço eletrônico, conforme layout anexo.</b></p>	<p>1 - Material atende a especificação: ( ) sim ( ) Não</p> <p>2 - Tamanho atende a especificação: ( ) sim ( ) Não</p> <p>3 - Gravações atendem as especificações:</p>

		( ) sim ( ) Não 4 - Arte finalística e acabamento foram feitos corretamente, sem defeitos: ( ) sim ( ) Não Resultado: ( ) Aprovado ( ) Reprovado - Motivo:
7	<b>Palha da Costa</b> , material 100% natural, medindo em torno de 60 cm de comprimento.	1 - Material atende a especificação: ( ) sim ( ) Não 2 - Tamanho atende a especificação: ( ) sim ( ) Não Resultado: ( ) Aprovado ( ) Reprovado - Motivo:
8	<b>Saco de juta</b> acabamento overloque com cordão de sisal para fechamento, medindo 26 cm x 35 cm.	1 - Material atende a especificação: ( ) sim ( ) Não 2 - Tamanho atende a especificação: ( ) sim ( ) Não Resultado: ( ) Aprovado ( ) Reprovado - Motivo:
9	<b>Fita de cetim</b> com 50 m de comprimento e 22 mm de largura - cores diversas.	1 - Material atende a especificação: ( ) sim ( ) Não 2 - Tamanho atende a especificação: ( ) sim ( ) Não Resultado: ( ) Aprovado ( ) Reprovado - Motivo:

#### 4.2. Sustentabilidade:

4.2.1. A contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, Critérios e práticas de sustentabilidade e com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 5ª edição, revista, atualizada, ampliada – Agosto/2022.

4.2.2. Identificar existência de novas metodologias, soluções ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração, com menor impacto ambiental negativo no uso de produtos e serviços, minimizando a poluição e a pressão sobre os recursos naturais.

4.2.3. Demonstrar os resultados pretendidos e alcançados em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, bem como de melhoria da qualidade de produtos/serviços oferecidos à Administração.

4.2.4. Oferecer ao mercado produtos e serviços sustentáveis, como regra geral.

4.3. São considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

4.3.1. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

4.3.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

4.3.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia e outros recursos naturais;

4.3.4. Reduzir o consumo e evitar desperdício de materiais;

4.3.5. Maior vida útil e menor custo de manutenção de bens e equipamentos e estímulo de serviços sustentáveis;

4.3.6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

4.3.7. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

4.3.8. Considerar medidas para minimizar a geração de resíduos e rejeitos e prever sua destinação ambiental adequada; e

4.3.9. Adotar normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas.

4.3.10. Deste modo, a cariz que justificam a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, alcança os previstos por legislação específica visando todos os critérios e práticas sustentáveis.

4.4. Da exigência de amostra:

4.4.1. Não haverá a necessidade de apresentações de amostras.

4.5. Da vedação de contratação de marca/produto:

4.5.1. Por tratar-se de produtos com padrões usuais no mercado, não existem necessidades de determinações de marca ou produto.

4.6. Da exigência de carta de solidariedade:

4.6.1. Não haverá a exigência de carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho – NE, em remessa única.

5.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios - Anexo do Bloco “O” - CEP 70052-900 – Brasília – DF.

5.1.3. Horário de entrega: Das 9h às 12h e das 14h às 17h – exceto fins de semana e feriados.

5.1.4. Contato: STen (EB) **Péricles** Giuliani da Silva, e-mail: [pericles.silva@defesa.gov.br](mailto:pericles.silva@defesa.gov.br) e telefone: (61) 2023-4359.

5.2. Os bens serão recebidos **provisoriamente**, de forma sumária, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos **definitivamente** no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021).**

6.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 30 (trinta) dias, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.1.1. Conforme o que estabelece o § I, do art. 26º, da Lei nº 8.078/1990, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior.

6.1.2. A garantia será prestada com vistas a manter os padrões mínimos do objeto em perfeitas condições, sem qualquer ônus ou custo adicional para a CONTRATANTE.

6.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

7.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN nº 5/2017, art. 44, §2º).

7.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN nº 5/2017, art. 44 e § 3º).

7.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021).

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **menor preço por item**.

8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

8.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

8.4. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

8.4.1. Afim de ampliar a competitividade e por se tratar de materiais comuns, não será exigido critérios de qualificação técnica.

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 52101 (Ministério da Defesa);

Programa de Trabalho: 05.122.2108.2000.0001 – Administração da Unidade; e

Natureza de Despesa: 33.90.30 - Material de Consumo.

O valor estimado para a contratação consta no DFD nº 72/2023 junto ao SIASG, do PCA 2023 deste Ministério da Defesa – MD, no valor de R\$ 648.854,00 (seiscentos e quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais).

## 10. APÊNDICE

10.1. Descrição; e

10.2. Logo MD.

**CARLOS VICTOR TEIXEIRA DE VASCONCELOS**  
Chefe da ASCER

De acordo:

**CARLA OLIVEIRA DE SOUZA**  
Diretora substituta do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais – DESEG

Aprovo o presente TR, de acordo com o Inciso VIII, do art. 72, da Lei nº 14.133/2021.

**WALDIR F. DAS N. SILVEIRA Jr.**  
Ordenador de Despesas – GEOFI



Documento assinado eletronicamente por **Carla Oliveira de Souza, Diretor(a) Substituto(a)**, em 23/02/2023, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Victor Teixeira de Vasconcelos, Assessor(a)**, em 23/02/2023, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **WALDIR FRANCISCO DAS NEVES SILVEIRA JUNIOR, Ordenador de Despesas**, em 24/02/2023, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **6086628** e o código CRC **A699DE76**.

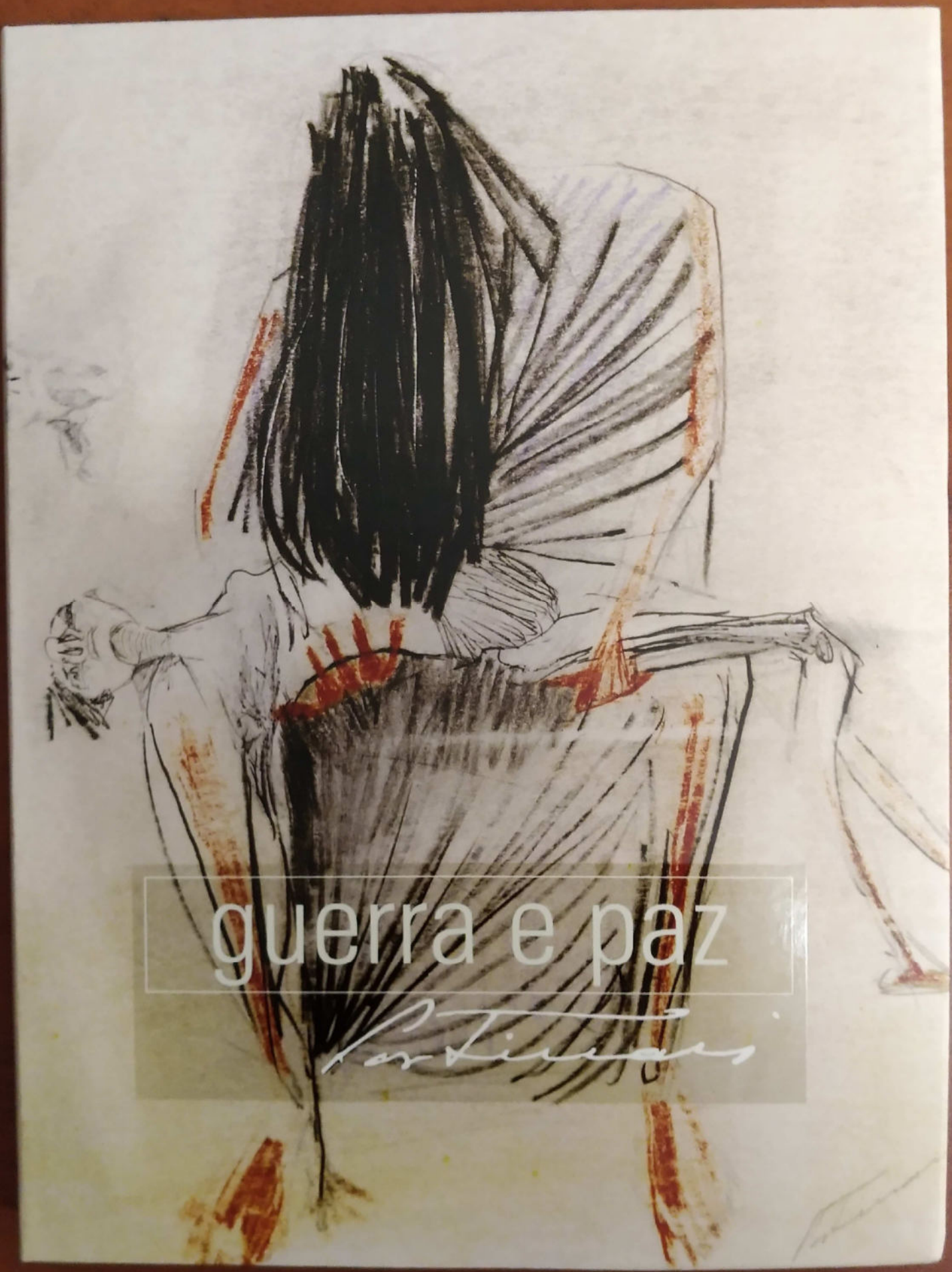








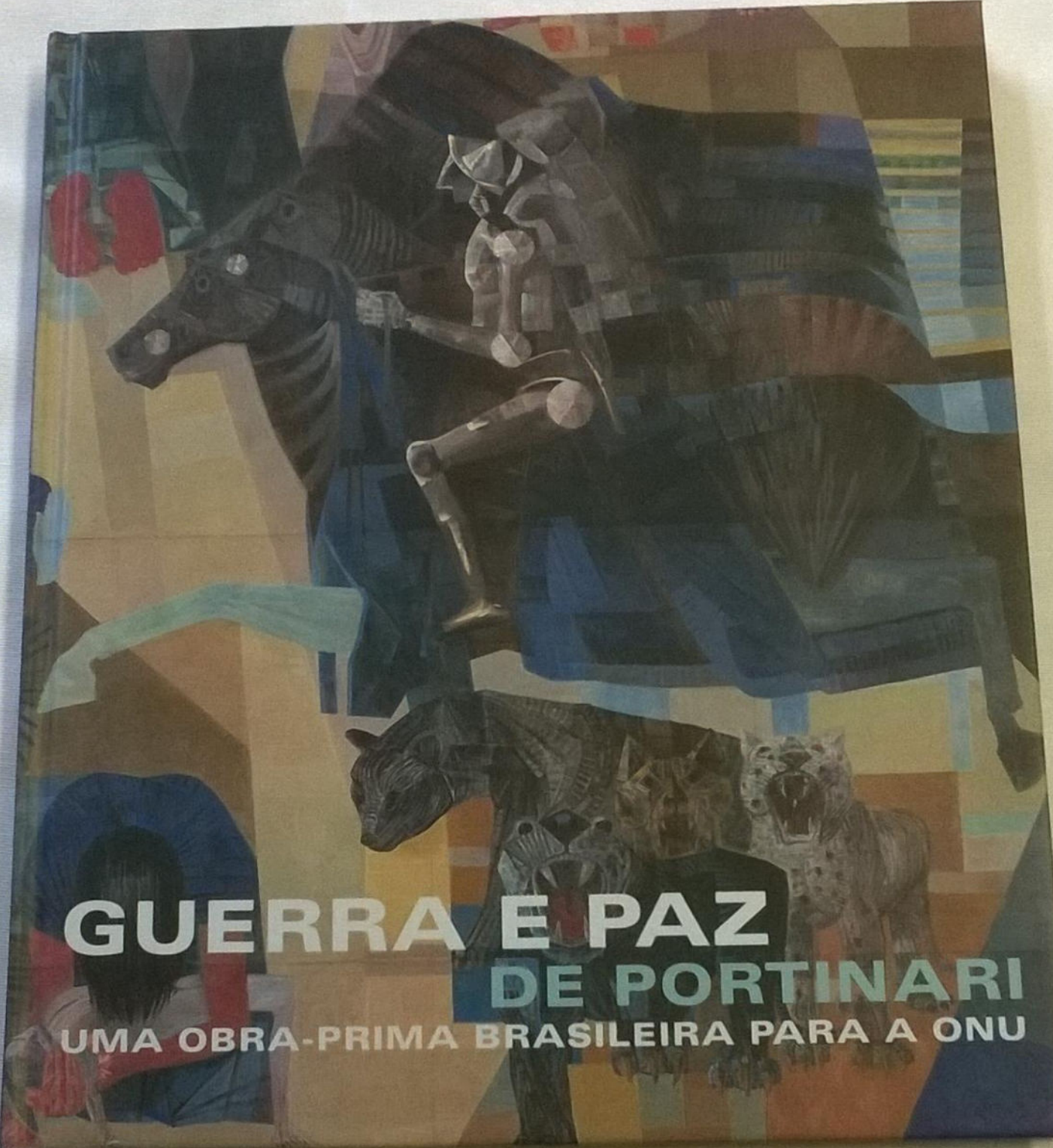




guerra e paz

*Particolar*





**GUERRA E PAZ**  
**DE PORTINARI**

UMA OBRA-PRIMA BRASILEIRA PARA A ONU







MINISTÉRIO DA  
**DEFESA**

[defesa.gov.br](http://defesa.gov.br)

---

## Exemplo









